

ESPAÇO, CULTURA E PODER:
gênero e raça em análise na geografia

ESPACE, CULTURE ET POUVOIR:
genre et race analysés par la géographie

ESPACIO, CULTURA Y PODER:
género y raza en analisis en la geografia

Lorena Franciso de Souza

Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos
Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás
E-mail: lorenlune@yahoo.com.br.

Alecsandro José Prudêncio Ratts

Arquiteto, Mestre em Geografia e Doutor em Antropologia
Professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás
Primeira Avenida, nº 206, Edifício Acrópole, Ap 703, Setor Universitário,
Goiânia-GO – Cep:74605-020
E-mail: ratts@iesa.ufg.br

Resumo

Este artigo propõe fazer uma discussão sobre as categorias gênero, raça, espaço e poder na realidade das relações sociais. O poder se manifesta tanto de maneira visível quanto invisível dependendo das estratégias do grupo que lhe detém e, em nome do poder político, econômico e cultural. A segregação espacial a que alguns grupos são submetidos é um reflexo da predominância de privilégios de uma classe dominante ao longo da formação social brasileira. A partir de autores/as pesquisadores/as das questões de gênero, feminismo, raça e espaço realizamos uma reflexão sobre o interesse da Geografia Cultural sobre estas temáticas, bem como sobre as relações de poder de grupos dominantes sobre os dominados e a maneira como a herança escravocrata colonial assegurou índices alarmantes de desemprego e subemprego da população negra no mercado de trabalho.

Palavras-chave: relações de poder, gênero, espaço, raça

Résumé

Cet article propose faire une discussion sur les categories genre, race, espace et pouvoir dans les relations sociales. Le pouvoir se manifeste visiblement ou invisiblement, ça dépend des stratégies des groupes, avec le nom du pouvoir politique, economique et culturel. La segregation spatial qui quelques groupes souffrent est un reflet de la



prédominance des privilèges d'une classe dominante dans la formation social brésilienne. À partir des auteurs/euse chercheurs/euse des questions de genre, féminisme, race et espace nous avons réalisé une réflexion sur l'interêt de la Géographie Culturel sur ce themes et sur les relations de pouvoir des groupes dominants et la manière comment l'héritage de l'esclavage a garanti des taux de chômage de la population noire au débouché.

Mots-clé : relations de pouvoir, genre, espace, race

Resumen

Este artículo propone hacer una discusión acerca de las categorías de género, raza, espacio y poder en la realidad de las relaciones sociales. El poder se manifiesta tanto de manera visible como de manera invisible dependiendo de las estrategias del grupo que lo detiene, y en nombre del poder político, económico y cultural. La segregación espacial a la cual algunos grupos son submetidos es un reflejo de la predominancia de privilegios de una clase dominante a lo largo de la formación social brasileña. Partiendo de autores/as, investigadores/as de las cuestiones de género, feminismo, raza y espacio realizamos una reflexión acerca del interés de la Geografía Cultural sobre estas temáticas, así como acerca de las relaciones de poder de grupos dominantes sobre los dominados y la manera como la herencia escravocrata colonial aseguró los índices alarmantes de desempleo y subempleo de la población negra en el mercado de trabajo.

Palabras –claves: relaciones de poder, género, espacio y raza.

Considerações iniciais

Este artigo visa discutir as manifestações explícitas e implícitas de poder lançado por grupos sociais que reproduzem ideologias e estereótipos a respeito dos excluídos – em destaque, a população negra – e fazer uma reflexão sobre categorias como gênero, espaço e poder na compreensão sobre as relações sociais, raciais e de gênero.

Além da segregação espacial a que negros e negras estão submetidos mediante uma herança colonial e cultural, há que se ater à discriminação vivida pela mulher negra em destaque, a quem a “boa sociedade” (SANTOS, 1996) racista e sexista destinou lugares já demarcados, dos quais ela tem tentado se deslocar, conquistando novos espaços.



O ofício de professora, como discutido em Souza (2007) e Gomes (1995), constitui-se como um novo espaço à mulher negra que “sai de seu lugar” predestinado, e assim, supera, mesmo com dificuldades, as condições socioeconômicas da maioria da população negra no Brasil. No entanto, a escola passa a ser outro espaço de vivência da mulher negra onde perduram relações de poder tão fortes quanto à de outros espaços públicos e privados.

A Geografia Cultural e o estudo do gênero

A cultura enquanto objeto de estudo geográfico passou a ser evidenciada em meados do século XIX por franceses fantasiados pela diversidade cultural de povos e nações em diferentes paisagens. Posteriormente, no século XX, principalmente nas décadas de 70, 80 e 90, os estudos culturais ganharam força, refletindo sobre as mudanças ocorridas na chamada pós-modernidade.

A Geografia Cultural emergiu, assim, de uma preocupação dos geógrafos em desvendar e refletir sobre o mundo da subjetividade humana, das relações sociais, e, dentre outros elementos, das representações cunhadas por uma sociedade.

Mesmo que os estudos culturais na Geografia não tenham alcançado uma posição tão importante quanto outros “viéses” da mesma ciência, atualmente, é notório o aumento do número de trabalhos que objetivam atingir uma inter e transdisciplinaridade, o que ressalta a importância de outras ciências na construção dos estudos geográficos sobre cultura.

O reconhecimento e contribuição de outras ciências para os estudos culturais na Geografia têm rendido críticas de geógrafos não-culturalistas sobre um possível ecletismo a que a Geografia tem se rendido, já que, como salienta Seemann (2003), a geografia cultural procura cobrir questões referentes desde a análises dos objetos que permeiam o cotidiano, a representação da arte e cinema, o significado das paisagens até, dentre outros, o estudos sobre a identidade baseada nos lugares. Para ele, os geógrafos culturalistas estudam qualquer coisa classificada como pós-moderna. E talvez este seja o motivo pelo qual a definição de cultura e geografia seja complexo, possibilitando muito



mais a idéia do que vem a ser geografia cultural ao invés da tentativa de definir os termos em separado.

A perda de tempo em atribuir possíveis definições de cultura e geografia para cumprir ditames acadêmicos ofusca o que é realmente relevante ao/à geógrafo/a voltado/a para as questões culturais. De acordo com Seemann (2003) o importante é o fato de o/a geógrafo/a saber que a cultura é uma construção social constituída espacialmente e, principalmente, ter a certeza de que a geografia é fundamental para a verdadeira constituição da cultura.

Enquanto ciência, a Geografia torna-se responsável por analisar a cultura através de um olhar espacial sobre a realidade (CLAVAL, 1999). Para isso, os sujeitos ligados a esta ciência devem compreender que a cultura, num sentido geral, é uma construção imaginada por indivíduos ou uma sociedade com a finalidade de estabelecer ligações e hábitos em comum. Não cabe ao/à geógrafo/a explicar o inexplicável nas relações humanas e sociais, mas sim questionar as ações e representações calcadas em mitos, em preconceitos construídos por meio de um processo histórico que perduram nos tempos atuais, demarcando vantagens de grupos dominantes sobre os dominados.

Acreditamos que uma das contribuições da geografia cultural no questionamento sobre a realidade social excludente que hierarquiza indivíduos de acordo com sua raça, classe e gênero, é o interesse cada vez maior por temáticas antes desconsideradas, já que não se tratavam do tradicional “fazer geografia”. A geografia dos gêneros, já citada por Claval (1999) e outros/as geógrafos/as europeus/éias, tem sido também um campo de interesse para estudiosos/as latino-americanos/as e a preocupação em refletir sobre as condições da mulher num mundo majoritariamente misógino se faz presente no discurso de importantes movimentos sociais do mundo inteiro, principalmente o feminista.

A geografia dos gêneros tem como foco principal analisar as relações existentes entre espaço e gênero, compreendendo papéis e funções dos gêneros, a divisão do trabalho e as relações de poder entre eles. As relações de gênero, segundo Martinez, Moya e Muñoz (1995), fazem referência às relações de poder existentes entre homens e



mulheres. Em âmbitos espaciais, culturais e temporais existe uma relação de subordinação das mulheres com relação aos homens, o que incita a ciência a fazer reflexões consistentes sobre a visão de mundo sexista.

Como afirma Almeida (1998), o campo epistemológico das ciências humanas tem sido omissos em relação à categoria gênero, “dado que o androcentrismo que permeia as construções teóricas das ciências sempre relegou os feitos femininos a um plano praticamente inexistente” (1998, p.44). A suposta neutralidade sexual das ciências tem, na verdade, demonstrado um posicionamento negligente em adotar uma categoria de análise tão importante e, o que é pior, tem sido conivente com as imposições misóginas de “fazer ciência”.

Os estudos de gênero também têm sido adotados por estudiosos/as da questão racial, o que alavancou o surgimento de trabalhos sobre as mulheres negras e as relações de subordinação que essa duplicidade – gênero e raça – acarreta.

A relação existente entre o gênero e a raça demanda uma leitura socioespacial, sustentada pelas categorias de análise geográficas, de grupos socialmente segregados como as mulheres negras. Tal leitura é capaz de desvendar os jogos de dominação e violência simbólica impostos por uma parcela da sociedade que detém o poder econômico, político, social e cultural.

Gênero, raça e relações de poder

De acordo com Raffestin (1993) não existe uma palavra que designe tão bem a idéia de rebeldia quanto poder, seja exercido por instituições, seja por grupos sociais e indivíduos a fim de assegurar um determinado interesse. Embora sejam distintos o poder, referente a uma ação das instituições e o poder, imanente às relações humanas, estão conectados, o que dá a constatação de que o micro-poder – nas palavras de Foucault (2001) – se esconde atrás do Poder estatal ou institucional e, obviamente, pode transparecer como um reflexo deste.



As ações cotidianas são reproduções de interesses de grupos dominantes para perpetuarem sua hegemonia, seja política, econômica, social ou cultural. Como salienta Raffestin,

o poder esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem (1993, p. 52).

O poder exercido pelo Estado e instituições é mais fácil de se ver e agir sobre ele, já que é explícito e propagador de normas e leis que “devem” ser seguidas pela população dominada. Já o poder presente no cotidiano é aquele que não se vê e representa perigo.

Conforme Foucault (2001) a análise sobre o poder não pode se ater unicamente à análise dos aparelhos do Estado, visto que ele passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um é titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. Tal categoria não corresponde, portanto, somente a um mecanismo político, já que adentra o campo social. O poder, em suma, é parte intrínseca de toda relação, é o alicerce móvel das relações de força que “induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. O poder se manifesta por ocasião da relação. (...) O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993, p.52-53).

As relações de gênero correspondem a uma manifestação das relações de poder. A opressão masculina, no decurso da história, sempre destinou às mulheres funções e “obrigações” determinadas, preestabelecidas de acordo com seu bem-estar e manutenção das decisões políticas em todos os campos da vida social.

O conceito de gênero, na perspectiva de Rose (citada por SILVA, 2005), permite compreender que não são as diferenças biológicas entre mulheres e homens que se estabelecem uma hierarquia, mas sim a simbolização que a sociedade faz destas diferenças. Segundo ela, a cultura está sempre em construção e há uma co-determinação entre o indivíduo e a sociedade, o que torna difícil o olhar sobre as relações de poder que determinam as características destes sujeitos. Assim, as práticas cotidianas, reveladoras desta hierarquia, apresentam definições preconceituosas e errôneas sobre a



diferença entre mulher e homem, não raro, baseadas nas diferenças biológicas entre eles.

Para geógrafas feministas como McDowell e Rose (citadas por SILVA, 2005), o gênero é uma construção social que é sempre destruída pelas práticas cotidianas. Existe uma representação social do “ser mulher” e do “ser homem” que se materializa nos atos afirmada pelo senso comum. A geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído nas estruturas de dominação socioespaciais. Os conflitos e as disputas pelo poder fazem parte das práticas diárias na relação entre grupos sociais e espaço, pois cada grupo atribui a cada espaço diversos significados (SILVA, 2005). A realidade socioespacial reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e o jogo de forças empreendido em seu processo de produção.

As configurações de poder entre os gêneros formam redes de significações que se edificam e se relacionam integradamente, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana. As desigualdades entre os gêneros efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação que adquirem concretude em todas as instâncias da vida social pública e privada (ALMEIDA, 1998).

Além da discriminação de gênero, as mulheres negras enfrentam a discriminação racial que nega sua participação como integrantes das conquistas feministas ao longo da história. Mesmo que o feminismo tenha tido uma repercussão considerável nas lutas por direitos às “mulheres”, as especificidades dentro do próprio âmbito feminino foram fortemente negligenciadas, o que prejudicou a inserção de mulheres pertencentes a outros grupos étnico-raciais distintos do branco na politização do movimento.

Como salienta Carneiro (2003), uma parte do feminismo no Brasil encontra-se amarrado a uma visão eurocêntrica, negando as diferenças e desigualdades no universo feminino. Assim, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, como é o caso das mulheres negras, continuaram mudas.

Falar das conquistas do movimento feminista é referir-se a um grupo determinado de mulheres – brancas de classe média – que tiveram, historicamente, suas vidas voltadas ao espaço privado confinadas ao aconchego do lar regido por um poder andrógino. Essas mulheres estavam determinadas ao casamento, a serem “mães de família”, ao cuidado da casa, dos filhos e do marido, e, para isso, era preciso “abrir mão” da vida



profissional. As mulheres negras não tiveram o direito de “esperarem” pelo casamento e pela subordinação ao marido e filhos, pois no mercado matrimonial perdiam para as mulheres brancas e, desde cedo, a maioria delas era obrigada a procurar um emprego mal remunerado em casas de famílias brancas a fim de garantir a sobrevivência da família. Por este fato, a maioria também não teve acesso ao ensino, o que alavancou uma espécie de continuidade à geração de mulheres negras da mesma família. Poucas ainda são as que conseguem ultrapassar os espaços predeterminados à sua condição social e racial, ocupar posições de destaque nas esferas sociais e obter representatividade em profissões que exigem alto nível educacional. Os altos índices de desemprego desta parcela da população e subemprego mal remunerado atestam a consequência de um sistema escravocrata que definiu interesses de poder e privilégios a uma pequena parcela da sociedade brasileira.

Mercado de trabalho, gênero e raça

De acordo com Almeida (1998), ao longo da história, a educação e a profissionalização femininas sempre foram relegadas ao segundo plano. Muitas vezes, as “próprias mulheres”, por força das imposições culturais, assimilavam/assimilam valores masculinos e se confinavam/confinam à reprodução biológica e às esferas privadas da família sem questionar “seus” papéis. Isso implica no estabelecimento de relações de poder entre os dois sexos e o saber, já que “manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção do *status quo*” (1998, p.31).

Para uma sociedade patriarcal calcada nos valores portugueses, às mulheres cabia a responsabilidade educativa das crianças. Assim, as práticas ditas femininas nunca deveriam ultrapassar o lar e elas jamais deveriam ingressar num trabalho remunerado. Por isso, o magistério, no início do século XX, foi uma das maiores oportunidades do sexo feminino, embora referisse a uma extensão do lar, o que não seria propriamente uma transgressão. O exercício do magistério não significou liberdade, mas uma outra forma de ser dominada pelo poder masculino, na medida que,



no discurso político, a mulher era uma perfeita peça para a manutenção da ordem entre os cidadãos.

Com tais argumentações, sabemos que Almeida (1998) refere-se a um grupo específico de mulheres – brancas e da classe dominante – que sempre estiveram confinadas ao espaço privado às ordens do pai, provedor do lar, e, conseqüentemente, à espera do casamento. Pois para as mulheres do povo, como se refere a autora, a realidade era a falta de instrução e o trabalho pesado para sobreviver, e, ainda ressalta que “para as mulheres negras, o estigma da escravidão perdurou por muito tempo, só lhes restando os trabalhos de nível inferior e a total ausência de instrução” (1998, p. 35).

Os discursos ideológicos de que a mulher era mais capaz para exercer a profissão de professora, o aumento no número de mulheres neste cargo, as transformações na industrialização e urbanização contribuíram para o afastamento masculino. E, assim, o desprestígio da profissão e a má remuneração, problemas já vividos em outras épocas, foi intensificado.

O fato de poderem ter escolhido o magistério como profissão mostra que as mulheres negras professoras conseguiram romper com uma história de exclusão. Infelizmente, tal profissão é totalmente desvalorizada nos dias de hoje e já não representa a “possuidora” do saber, já que, com a estrutura econômica atual, a formação de professores tem sido totalmente negligenciada pelas instituições de ensino federais enquanto tem aumentado o número de cursos de licenciatura nas universidades privadas, obedecendo a uma lógica mercadológica em detrimento de sua contribuição social.

Embora detentoras de maiores oportunidades que a maioria das mulheres negras, muitas professoras negras ainda são alvos da discriminação e fiéis adeptas do silêncio. A ascensão social pode significar um preço mais alto ao lidar com as demonstrações de preconceito e discriminação, seja no âmbito social, escolar e até familiar.

Como afirma Gomes (1995) ser mulher negra é ser representante de um acúmulo de lutas, indignações e conflitos entre a negação ou afirmação de sua condição racial, suportando as manifestações constantes de preconceito e discriminação vinda do(a) “outro”(a). E ser mulher negra e professora

expressa uma outra maneira de ocupação do espaço público. Ocupar profissionalmente esse espaço, que anteriormente era permitido só aos homens e brancos, significa muito mais que uma simples inserção



profissional. É um rompimento com um dos vários estereótipos criados sobre o negro brasileiro de que ele não é capaz intelectualmente (1995, p. 115).

A educação, no mundo atual, se fortalece ainda mais como um elemento determinante no processo de ascensão social e obtenção de *status* ocupacional (LIMA, 1995). Porém, estudiosos como Lima têm constatado que a relação entre investimento educacional e realização ocupacional ocorre de forma diferenciada para diferentes grupos sociais, levando-se em consideração as variáveis gênero e cor, o que limita as possibilidades de ascensão de tais grupos, neste caso, as mulheres negras. Segundo a autora, “vários estudos têm demonstrado como a população negra é prejudicada desde o ingresso na escola até o retorno do investimento em educação quando se depara com o mercado de trabalho altamente discriminatório” (LIMA, 1995, p. 490).

Com dificuldades para se manterem na escola, as mulheres negras lideram o quadro de ocupantes dos piores empregos e salários do país, sendo submetidas a uma violência social e simbólica que ultrapassa gerações e entremeia sua própria visão de mundo e forma de lidar com a realidade.

De acordo com Menezes (2002), a escola é o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo conflituoso, podendo segregar ou excluir. Assim, a criança negra adota em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social. Ela pode incorporar o discurso do grupo opressor e procura se reconhecer dentro dele, negando a si mesmo. Todo esse processo de desvalorização de sua individualidade interfere na construção da sua identidade de criança e perdura até a fase adulta.

A exclusão simbólica atinge, de forma concisa, as professoras negras no cotidiano escolar que, em sua vivência diária, convivem com as manifestações de reprovação da comunidade escolar e sociedade em geral desde a infância. Tal cotidiano apresenta-se como uma via de disseminação do preconceito por meio da linguagem, das ações, dos currículos escolares e até mesmo dos materiais didáticos. A (re) apresentação de imagens caricatas de negros e negras em cartazes ou textos didáticos, assim como os métodos e currículos aplicados, que parecem em parte atender ao padrão dominante,



dificultam em demasia a prática anti-racista das(os) professoras(es) negras(os), já que interiorizam a visão racista presente no senso comum ou preferem silenciar, adotando um discurso pautado na democracia racial.

De acordo com Gomes (1995) a mulher negra, enquanto professora, reproduz os discursos já conhecidos de sua infância e do próprio curso para sua formação, concretizados nas falas de que todos são iguais, de que o problema da desigualdade é uma questão de classe e não de raça. Aliás, o conceito de raça, nestes discursos democráticos, é banido, pois falar de raça diz respeito a questões biológicas e, obviamente, “todos são seres da mesma espécie”.

Na escola a invisibilidade da cultura, da resistência negra nos conteúdos e as abordagens mitificadas sobre a África ampliam a tensão e omissão vivenciadas pela criança negra, desde cedo ridicularizada por colegas e, também, por professores. Esta situação é reforçada pelo não envolvimento da instituição escolar numa formação de professores mais comprometida com problemas de racismo e demais preconceitos que permeiam a sociedade e que refletem a realidade da escola.

Como já foi dito, apesar de todos os problemas enfrentados pelo ensino e pela escola em si enquanto uma das instituições que, numa sociedade de base burguesa, é uma das responsáveis pela formação de indivíduos, a profissão professora, para as mulheres negras, representa um ganho significativo. Para a autora, mesmo com a desvalorização desta profissão a partir de sua feminização, a mulher negra no ensino representa um passo a mais na história das outras mulheres de sua geração. Ser mulher negra e professora em nosso país implica em uma nova avaliação sobre esses dois papéis, desmontando estereótipos e estigmas históricos. Requer ver a si mesma como negra e profissional, construindo uma prática pedagógica que denuncie o racismo até mesmo nas expressões mais vis e reconhecendo que a escola não é uma extensão do lar.

Considerações finais

As desigualdades sociais têm um forte componente racial. Esta afirmação tem guiado estudos e análises de pesquisadores/as das ciências humanas na contemporaneidade, inclusive na Geografia.



Uma ciência preocupada em investigar as relações sociais e suas manifestações no espaço necessita considerar as relações entre gênero, raça e espaço (RATTS, 2003). Embora exista uma preocupação em algumas disciplinas da chamada ciências humanas em discutir e compreender as relações de gênero, esta categoria é um elemento ainda pouco visto e discutido pela Geografia, mesmo sendo imprescindível na sociedade de classes e a raça/etnia amplia o quadro de categorias que deveriam ser mais exploradas pela ciência geográfica em seu viés cultural.

É mister analisar e compreender que os/as atores/atrizes sociais percorrem trajetórias, configuradas em suas relações com outros/as, consolidam a sua própria maneira de perceber a realidade e de vivê-la, constroem sua própria identidade e, muitas vezes, instituem territórios e lugares. No entanto, alguns/as atores/atrizes sociais são repelidos/as a territórios já demarcados para e por uma dita sociedade que, na realidade, reforça a exclusão, suprime as diferenças de classe, gênero e raça.

Os estudos que privilegiem o estudo do gênero e da raça nas ciências sociais, em especial na Geografia, dão e darão subsídios para instigar uma preocupação com a equidade racial e de gênero a questionar mitos fundados mediante as relações de poder.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.17, n. 49, Setembro/Dezembro, 2003, p.117-133.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp.59-57.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, n. 2, ano 3, 1995, pp. 489-495.

MARTÍNEZ, Ana S.; MOYA, Juana M^a. R.; MUÑOZ, M^a. Ángeles D. **Mujeres, Espacio y Sociedad**: Hacia una geografía del género. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar. **Revista Fundação Joaquim Nabuco**, n. 147, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. Comunicação apresentada no **XX Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu-MG, out. 2003.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: GERNER, Júlio (org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996, pp. 133-144.

SEEMANN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a Geografia Cultural no Brasil. In: ALMEIDA, Maria G. de; RATTS, Alecsandro J. P. (orgs.) **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003a, pp. 261-284.

SILVA, Joseli Maria. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, pp.173-189.



SOUZA, Lorena Francisco de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas.** Goiânia: UFG, 2007. 126 p. Dissertação de mestrado em Geografia – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, 2007.

Recebido para publicação em setembro de 2008
Aprovado para publicação em dezembro de 2008